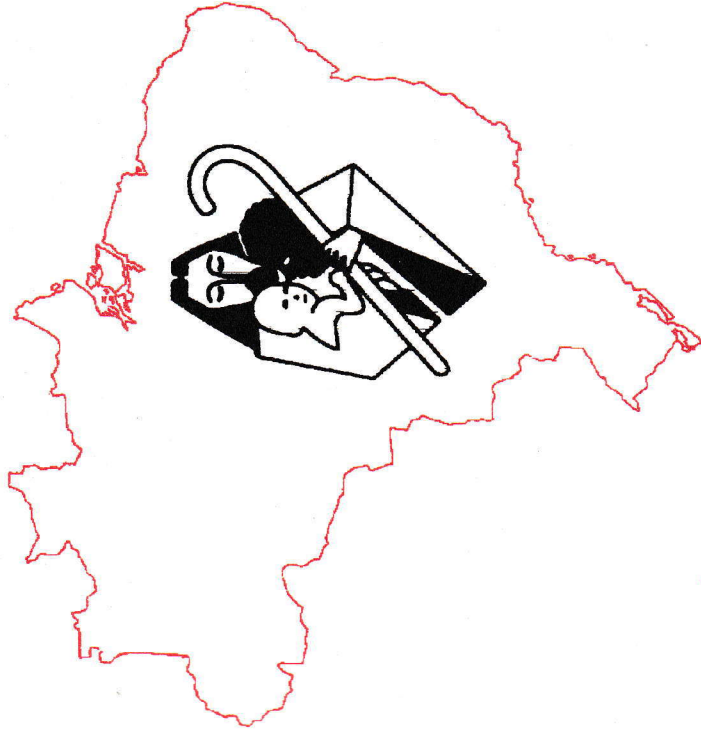


HISTÓRIA DA PASTORAL DO MENOR



NO BRASIL

cadernos de formação - nº 2

EM TUDO AMAR E SERVIR
PAPADO
ABERTO LIVRE
DISPONÍVEL
RIMÃO

ser jesuita

JÉ UMA OPÇÃO

POBRE
HUMILDE
JESUS
MAIOR GLÓRIA DE DEUS
Em outras palavras:
↓ JUSTIÇA POBRES
↓ FÉ
↓ JOVENS POBRES
↓ VIDA
DAR A VIDA POR JESUS NO
DESAFIO CRUCIAL DO NOSSO
TEMPO:
O ANUÍCIO DA FÉ E A
PROMOÇÃO DA JUSTIÇA

Colégio Anchieta - Porto Alegre- RS

Pré Escolar - Fundamental - Médio

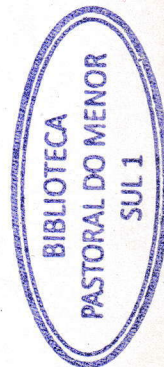
Fundado há 107 anos pelos Padres Jesuítas

450 anos de presença jesuíta - missionária e educativa - no Brasil

ÍNDICE

Apresentação

1. O Surgimento no Quadro	01
1.1. Antecedentes	02
1.2. O Nascimento	03
1.3. Eventos que Marcaram a História	04
1.4. A Igreja e a Opção pelo Menor	07
2. Um Rosto Diferente	09
2.1. Pequenos Construtores	09
2.2. Critérios Internos	11
2.2.1. Critérios Teológicos	11
2.2.2. Critérios Pastorais	12
2.2.3. Critérios Eclesiais	13
2.3. Metodologia, Identidade e Mística	14
2.3.1. Metodologia	14
2.3.2. Identidade	15
2.3.3. Mística	16
3. A Organização	17
3.1. I Assembleia Nacional	17
3.2. II Assembleia Nacional	21
3.2.1. Princípios e Diretrizes	22
3.2.2. Perfil do Agente da Pastoral do Menor	27
Conclusão	28



APRESENTAÇÃO

No empenho de estar em constante formação, a Pastoral do Menor sabe da importância de manter a sua história viva nas mentes e querida nos corações.

"As palavras são como pedras que constroem o mundo. Pedras sonoras, elas cantam ou choram. Por elas e com elas muitos homens lutaram, foram presos, morreram." (1) Roseana Murray. Criança é Coisa Séria. Memórias Futuras/Amais Editora. Rio de Janeiro, 1991. p 9)

A história da Pastoral do Menor no Brasil é feita de muitas palavras. Mas, atrás das palavras pulsam muitos corações e se acalentam muitos sonhos. São estrelas disfarçadas. Palavras especiais e que carregam a história de lutas que ajudaram a mudar o quadro da criança no Brasil.

Sentimos hoje orgulho dessas palavras. Mas são elas que nos desafiam. São como pedras que atiramos prá frente. Nos envolvem e pedem compromissos de escrita de novas palavras; ainda mais carregadas de pulsações e acalantos.

Esse texto quer contribuir no sentido de segurar viva a nossa história qual brasa que arde e queima as mãos pedindo ações de solidariedade e justiça.

Equipe de Formação da Pastoral do Menor

1. O SURGIMENTO NO QUADRO

Na América Latina, desde o Concílio Vaticano II, e sobretudo a partir das Conferências Episcopais de Medellín e Puebla, acontece uma importante revolução na Igreja. Havia questões sociais que se tornavam cada vez piores. Assim para a questão dos agricultores surgiu a CPT. Diante da situação dos operários criou-se a PO etc. Foram sentidos criados instrumentos novos de pastoral como serviços de ajuda a esses grupos e classe de pessoas para a defesa de suas vidas, suas terras, seus direitos, suas identidades. Eles têm algo em comum: surgem por causa da renovada fé em Jesus e, como Ele, são ecumênicos, incomodam a sociedade estabelecida, provocam polêmica.



Aconteceu também, nesse processo, uma evolução que da linha da denúncia passa a fazer passos fortes em favor da solidariedade. E, mais próxima de nós, sem abandonar aqueles dois compromissos anteriores, fortalece-se também na consciência e na militância.

A situação das crianças e adolescentes brasileiros é que leva a criação desse novo instrumento: a Pastoral do Menor. O Brasil carrega em seu seio milhões de crianças e adolescentes abandonadas, carentes, marginalizadas. Esse aparecimento no quadro da infância brasileira não dependeu tanto da boa vontade de pessoas ou grupos; foi a realidade do país, o grito dos pequenos que desafiou e exigiu essa ação eclesial.

1.1. Antecedentes

As crianças empobrecidas, sempre estiveram presentes na história do Brasil.

Ao longo dessa história, várias soluções foram levantadas e muitas postas em prática, pela sociedade com marcada atuação da Igreja, principalmente de Congregações Religiosas que buscaram responder ao grito angustiante das crianças e adolescentes empobrecidos do Brasil. Podemos, porém constatar que muitas destas soluções careciam de uma postura crítica diante da situação sócio-política-econômica em que vivia e vive o povo brasileiro. Muitas destas soluções partiam do pressuposto de que a ordem estabelecida era fundamentalmente boa. Pobreza, miséria, crianças na rua eram soluções peculiares, que representavam uma parte da população que não tinha sabido vencer na vida. O trabalho junto a esta parte da população consistia em dar-lhes condições para saberem aproveitar uma nova oportunidade.

Entretanto, grupos diferentes da sociedade civil se detiveram mais demoradamente a analisar a situação social brasileira e latino-americana como um todo. Esta análise foi revelando sempre mais que a pobreza brasileira não é somente uma questão de boa ou má vontade das pessoas. Existem causas que são estruturais, políticas e econômicas geradoras dessa situação. Via-se a necessidade de instaurar uma nova ordem para que a estrutura não mais passasse por cima de tantas vidas para se manter.

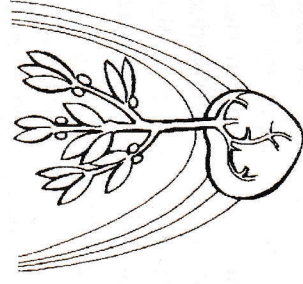
Além de receber a influência destes estudos, as Igrejas foram também fazendo suas descobertas. Os estudos bíblicos, foram resgatando um jeito novo de viver os desafios da fé. A Igreja da América Latina passou a ler a realidade da sua gente com um novo coração. Se o Reino de Deus é dos pobres e daqueles que lhes são solidários era necessário surgirem novos serviços de Igreja para a defesa das vidas ameaçadas. Essa possibilidade de construir uma

nova realidade que fosse sinal do Reino contagiou uma grande parte da Igreja no Brasil e na América Latina.

Nossa história pastoral de compromisso com os pequenos encontra seu embrião em algumas atividades de atendimento a crianças e adolescentes que não se denominavam "Pastoral do Menor", mas traziam em si alguns princípios e critérios que hoje nomeiam também a nossa ação.

1.2. O Nascimento

Em várias regiões do Brasil foram nascendo grupos de cristãos seriamente empenhados em novas formas educativas de ações junto às crianças e adolescentes. Apareceram grandes profetas que chamavam a atenção sobre a infância. "É preciso salvar o mundo para a criança" (D. Paulo E. Arns); "O menor não é problema, é solução" (D. Luciano M. de Almeida).



Assim, o que veio caracterizando o nascimento da Pastoral do Menor, ao lado daquela visão e das posturas críticas sobre a realidade, foi o fato de muitos religiosos e leigos estarem atentos ao grito das crianças e adolescentes empobrecidos que exigiam algo a mais. A presença e suas atitudes nas ruas era desafiadora e exigia que se fosse ao encontro dos mesmos para um envolvimento no processo de mudanças que era urgente. Essa ação, desde seus inícios, foi marcada pelo espírito ecumênico.

Aparece uma consciência de que o papel real das Igrejas não pode se resumir ao "esconder" crianças e adolescentes dentro de paredes e muros institucionais; fato esse que até angariava muita simpatia de governos e sociedade, pois escondia dentro de paredes o produto da sociedade que ela mesma não queria enxergar. Crianças e adolescentes empobrecidos eram o seu rosto miserável.

Outro fator importante nesse nascimento é aquele que faz com que comunidades, congregações religiosas passem a entender que a criança e o adolescente não são uma questão institucional. Bem como, que nenhuma instituição, sozinha, conseguirá ser a solução da problemática. Amplia-se a visão no quadro e se começa a entender a necessidade de somar forças, reflexões, ações comuns, parcerias... As comunidades e as instituições, com a Pastoral do Menor, são chamadas a sentarem juntas na mesa de discussões e proposições novas.

É importante notar que a preocupação pela situação das crianças e adolescentes empobrecidos não consistiu numa instituição profética localizada. Aqui e ali, por todo o Brasil, já se organizavam respostas às necessidades da infância. Porém, é na Arquidiocese de São Paulo que a Pastoral do Menor começa uma história de organização como tal, de forma mais sistematizada.

Desde os inícios foi também fundamental a preocupação com a formação dos agentes multiplicadores; a capacitação nos diversos aspectos que envolvem a vida das crianças.

1.3. Eventos que marcaram a história

Em São Paulo, de 28/01 a 01/02/84, cerca de 80 pessoas do Brasil se encontraram para refletir sobre o tema da Pastoral do Menor. Depois, em julho daquele mesmo ano, num Seminário Nacional da Associação de Educação Católica(AEC), reuniram-se católicos

de todo o Brasil para pensar a opção pelos pobres destacando ações educativas concretas em favor das crianças e adolescentes empobrecidos.

Aconteceram dois momentos significativos de amplo envolvimento com a realização dos Seminários Nacionais da Pastoral do Menor. O primeiro em Belo Horizonte, de 26 a 30 julho de 1989, tinha como objetivo: "Congregar agentes da Pastoral do Menor e pessoas interessadas no trabalho, para discutir as múltiplas formas de violência que são vítimas crianças e adolescentes e o Projeto do Estatuto da Criança e do Adolescente, que pretende criar uma nova mentalidade face à questão da violência e do atendimento à infância e à juventude. Participaram 571 pessoas de todo o Brasil, o tema: "A Violência e a Pedagogia de Direitos". E o segundo aconteceu em Salvador, em julho de 1991.

Com certeza, um fator determinante e de forte poder de formação de consciências e compromissos foi aquele da realização das Semanas Ecumênicas, sempre acontecidas em São Paulo. A primeira Semana Ecumênica do Menor, 1981, com duração de uma semana, no tema "A Comunidade e a Educação do Menor", começou a desencadear uma série de reflexões, estudos que vão se estender por outras tantas Semanas.

Essas Semanas Ecumênicas, promovidas pela Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo, contavam com a participação de agentes de todo o país. Os temas para cada ano marcam também um crescente na abordagem e no comprometimento da Igreja. Debocam em momentos tais como: elaboração da Constituição Federal, anos de 1986, com o tema "A Criança Profeta" e 1987, ano da Campanha da Fraternidade sobre o Menor, tendo como tema "Nascemos para a Vida, por que morrer tão cedo?". Esses temas ajudam na elaboração de propostas para a formulação da Nova Constituição Federal. Ainda, nesta Semana Ecumênica de 1987, foi dado um passo importante para a consolidação de nossa ação pastoral. Foi a primeira Semana a ter um caráter nacional, com



a participação de representantes de outros regionais. Dali saiu um cronograma que incluía uma reunião nacional de uma comissão de articuladores, para o ano seguinte, em Cachoeira do Campo.

Assim, de 11 a 14 de julho de 1988, em Cachoeira do Campo (MG), aconteceu o I Encontro Nacional de Articuladores, com 34 participantes, além de D. Serafim Fernandes de Araújo (Belo Horizonte), D. Luciano Mendes de Almeida (São Paulo) e Pe. Inácio Neutzling, representando a CNBB.

Este Encontro de Cachoeira do Campo trabalhou a Identidade da Pastoral do Menor. Dizia-se que estamos fazendo uma releitura do Evangelho a partir das crianças, bem como, que “olhamos o mundo a partir do menor” e que “é preciso transformar este mundo de injustiça por causa de uma criança que vive no abandono, e que é amada por Deus”.

Nas Semanas Ecológicas, o ano de 1988 trouxe o tema “Direitos dos Menores, Direitos de Deus”. A Constituição já promulgada, garantia a Prioridade Absoluta à Criança e ao Adolescente e fazia com que a Semana pensasse numa nova conquista: a lei complementar referente à criança e ao adolescente, de onde surgiria depois o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. A Semana Ecológica elaborou propostas que entrariam no texto da lei.

Em 1989, alguns meses antes da assinatura da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (20/11), o tema foi “Criança, Prioridade Absoluta”. O Estatuto da Criança e do Adolescente estavam em fase de aprovação. Então, tratou-se de capacitar agentes a partir do mesmo.

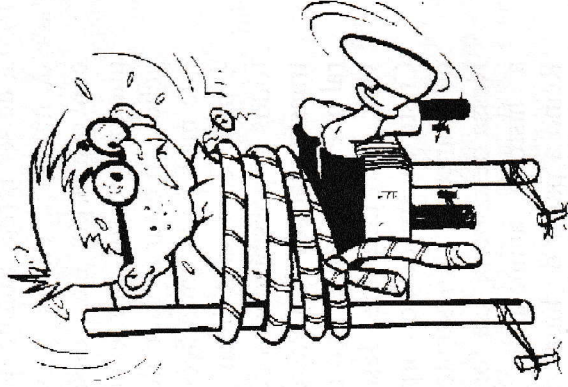
Em 1992, esta fase se encerraria com o “500 Anos... É Hora de Fazer a Nossa História”, com a preocupação voltada para os Conselhos de Direitos e Tutelares.

Nos anos de 1993 e 1994 aconteceram a primeira e a segunda Assembléias Nacionais, das quais nós falaremos mais adiante.

1.4. A Igreja e a Opção pelo Menor

Influenciada pelo Vaticano II, por Medellín e por Puebla, a Igreja se renova em sua missão evangelizadora, faz uma opção preferencial, pelos pobres. Ela passa a ver através de uma nova ótica a trama da história e da estrutura social da nova e como consequência teve que reorganizar sua ação pastoral. A opção pelo menor se enquadra no amor preferencial da Igreja pelos pobres e em sua luta por um mundo novo. Mas lhe acrescenta uma novidade: a criança marginalizada é um dos mais pobres entre os excluídos.

“Optar pelo menor, numa sociedade em conflito, é optar pelo fraco, onde se valoriza o forte; pelo pequeno, onde se valoriza o grande; pelo desolado, onde se valoriza o que tem. É estar ao lado dos excluídos, dos que não contam, dos que não produzem, não dão lucro: é escolher e celebrar a vida em uma sociedade de morte. É defender a vida onde ela se apresenta desprezada e ameaçada.” (CF 87, nº 157).
 “O importante está em identificar no menor a força desencadeadora de todo um processo de reorganização social.” (CF 87, nº 160)

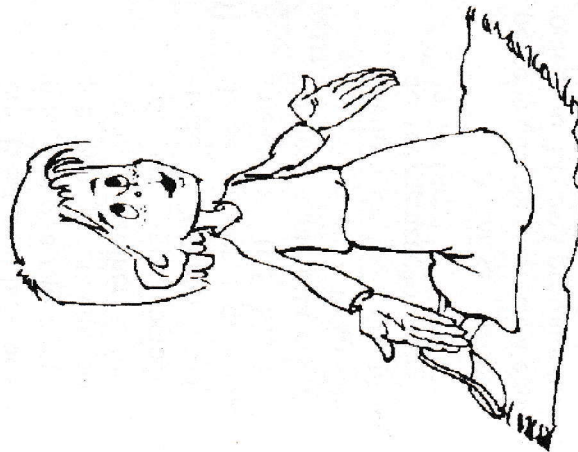


A missão própria da Igreja é evangelizar. E a Igreja percebe que ela evangeliza enquanto fermenta de Reino de Deus a sociedade. Ela está presente no mundo e sabe que não compete a ela ser a solução para todas as ques-

tões sociais. Tem consciência, porém, de que deve realizar ações em favor das crianças e adolescentes empobrecidos. E sabe que não é a única que faz. Mas reconhece que seu serviço deve ser diferente, carregado da fé e da mística. Suas ações, mesmo que pequenas diante do universo, dos desafios e das grandes respostas, podem ser sinais para que outros percebam que é possível fazer e, de fato, façam.

A sensibilidade de Jesus para com a pequenez da criança suscita tomada de posição no conflito. Mas a opção pela criança e o adolescente não reside em fatores sentimentais. Nasce da fé encarnada na história das crianças brasileiras. Ao mesmo tempo, manifesta-se com uma abertura para o novo, para a possibilidade de mudança. Passa a ser uma Igreja despojada, servidora, dialogal.

A Pastoral do Menor é essa forma de ser Igreja atuante que descobre o Menor como potencialidade de mudança. Atena, se vê convocada por ele, consciência de sua raiz evangélica - o estar ao lado dos que mais padecem aflições - para com eles levar a todos as possibilidades das transformações. É a Pastoral que se põe a serviço da vida. Ali descobre Jesus Cristo encarnado no corpo de crianças e adolescentes. Nessa descoberta, ela forja a história anunciando o Reino a partir do lugar do mais fraco. Ela acredita que estar deste lado é estar protagonizando um novo tempo.



2. UM ROSTO DIFERENTE

A Igreja a serviço da vida das crianças e adolescentes no Brasil não é uma novidade. O novo é o jeito com que vem acontecendo essa ação.

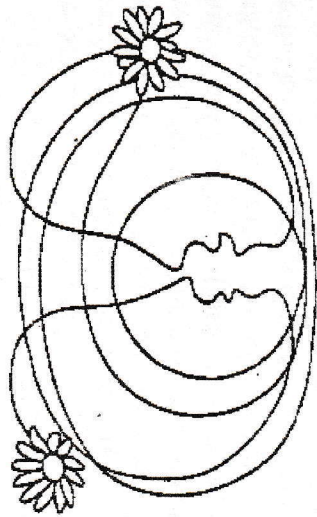
A história da formação da sociedade brasileira, especialmente no final do século XX, envolvida também por toda uma luta de direitos a nível internacional, passou a exigir novas análises, novos métodos e novas estratégias das organizações envolvidas com a infância do país.

Neste quadro de referências aparece a Pastoral do Menor. A sua história já nasce abrindo um questionamento e um profetismo no conjunto institucional dos serviços da Igreja. Vai nascer, rompendo conceitos e relendo bíblicamente a opção preferencial de Deus.

2.1. Pequenos Construtores

A Pastoral do Menor, ao longo de seus anos, foi também amadurecendo a idéia de que crianças e adolescentes empobrecidos não são objetos de atenção e serviços. Percebeu que não se tratava de deixar que viessem até ela para lhes dar assistência. Foi surgindo uma prática que entendia que em sua ação eram necessárias posturas diferentes e que não fosse a Pastoral do Menor a construtora da história das crianças e adolescentes.

Começa-se a entender que crianças e adolescentes são pessoas em condições especiais de desenvolvimento, que são sujeitos



da história, que possuem o "direito de ter direitos". Que suas crianças e adolescentes são os meninos e meninas daquela camada da população que está marginalizada do contexto sócio-político e econômico. Assim, a Pastoral do Menor, é o serviço da Igreja que se depara com crianças e adolescentes que não contam, ou que quase inexistem socialmente. Sua ação terá que se voltar especificamente para os filhos e filhas da exclusão social.

Optar pelo menor passou a significar a luta por uma nova ordem; uma ação histórica transformação pessoal e estrutural. O cuidado passou a recair sobre o perigo de um discurso retórico que se fundamentava na preferência de Deus pelos pequenos e que corria o risco de não traduzir-se em exigências e compromissos estruturais. A afirmação de Jesus "Por que delas (as crianças) é o Reino de Deus", traz um novo programa de vida, uma motivação de organização social.

Ter a criança como critério passa a significar uma mudança de atitude. Ela é agente social ativo. Reconhecer seus direitos quer dizer que ela tem o direito de participar da vida, da comunidade e da sociedade. Nós não fazemos para..., mas fazemos com...

A Pastoral do Menor foi se percebendo como inserida numa sociedade em que a infância é vista como tempo de espera, vazio de história e organização. A única competência reconhecida à criança parece ser aquela de vir a ser adulto.

Reverte-se este quadro com a abertura de espaços para que as crianças e adolescentes possam se encontrar, partilhar, trocar idéias, sonhos e organizá-las. Para expressarem lutas e conquistas de direitos. Para celebrarem suas vidas. Para tanto, os espaços eclesiais convertem-se em espaços que rompem com o tradicional porque existe um novo conceito de ser criança e adolescente. Amadurece o reconhecimento de que crianças e adolescentes têm sua própria força, seu poder e exercem o papel de protagonismo na luta por direitos.

2.2. Critérios Internos

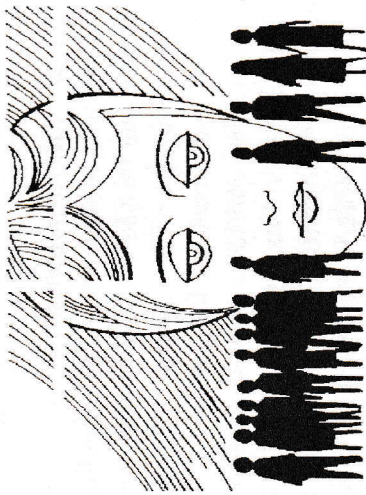
O Texto-base da Campanha da Fraternidade de 87 formula critérios teológicos, pastorais e eclesiais para a proposta pastoral-pedagógica da Pastoral do Menor.

2.2.1. Critérios Teológicos

Conversão sincera e radical ao Senhor, que se revela na Bíblia, na sua Igreja, na história, nos acontecimentos ou "sinais" dos tempos e, de modo privilegiado, no rosto dos pobres e pequenos. Esta conversão deve redimensionar o relacionamento de cada pessoa e de cada Comunidade com o Pai, pelo Filho, no Espírito Santo.

Conversão sincera e radical à fraternidade libertadora. O "outro" é a imagem visível da presença de Deus. É necessário passar pelo "outro" para se chegar a Deus. Segundo a Revelação Divina, máxima em Jesus, Deus privilegia sua presença, no empobrecimento, no pequeno. Neste sentido, nosso compromisso libertador é plenamente bíblico e se enquadra no projeto de salvação do Pai.

Conversão sincera e radical à dimensão comunitária da vida e da fé. O Senhor nos quer povo, seu povo. Ele nos fez interdependentes e complementares. Em seu projeto



salvífico incluiu a referência à sua dimensão trinitária, portanto comunitária, para que sejamos à sua imagem e semelhança. E Jesus orou, dizendo, "Pai, que todos sejam um, como tu e eu somos um"...(cf. Jo 17,21).

2.2.2. Critérios Pastorais

As comunidades devem estar atentas também a estes **critérios pastorais**:

Consciência **crítica**, que situe a ação pastoral junto às crianças e adolescentes empobrecidos e marginalizados dentro de um contexto mais amplo, sócio-econômico-político e religioso;

ação **pedagógica** baseada na "pedagogia da fé e na metodologia dinâmica e participativa", que visa garantir as políticas públicas em benefício das crianças e dos adolescentes, incluindo o direito a receber a formação necessária para o pleno exercício da cidadania e da profissão;

ação **libertadora** que coloque o Menor como pessoa, membro ativo de um povo e sujeito da história;

ação **participativa** que envolva a todos nas decisões e realizações;

ação **dinâmica** de "processo" e não de "episódios";

ação **comunitária** que modifique as relações, criando laços de solidariedade, fraternidade e comunhão;

ação sensível aos valores da **cultura popular**;

ação não **institucionalizadora**, mobilizando as comunidades e as famílias para que assumam sua missão e não descarreguem em "instituições", responsabilidade que lhes são incompatíveis, especialmente, as ligadas ao afeto dos pais, irmãos e familiares;

ação **organizada** através da constante revisão: ação-reflexão-ação-revisão-ação, o que evita a rotina da burocracia;

ação **integrada** na Pastoral de Conjunto e nas demais forças transformadoras da História, somando esforços e iniciativas, superando ações isoladas, paralelas, personalísticas;

ação **política**, com clara opção de dar voz e voz aos empobrecidos, livres das injunções ideológicas e partidárias;

ação **comprometida** com o ser humano em sua dignidade, visando à construção de uma sociedade mais justa e fraterna, sinal do Reino Definitivo.

ação **educadora e transformadora**.

2.2.3. Critérios Eclesiais

Seguindo a orientação da CNBB, Documento 54 (Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil - 1995-1998), a Pastoral do Menor se abre agora para as exigências irrenunciáveis da ação evangelizadora e pastoral, conforme o capítulo IV daquele texto.

☺ O serviço (**diaconia**) - É visto como a primeira dimensão, o primeiro contato de Cristo com os pobres, os doentes, os mais necessitados. Gesto de amor e regenerador da nova vida, indispensável no caminho da fé. Passa a ser "sacramento", presença de Deus no meio dos homens. Aqui a Pastoral do Menor, que nasce desse serviço, é chamada à criação da cultura da solidariedade na luta pela justiça e pela libertação integral como compromisso decorrente da opção evangélica e preferencial pelos pobres. Trata-se de não poder separar a salvação da promoção da justiça e da libertação. Esse serviço é carregado da dimensão transcendente, e responsável pela credibilidade que a Pastoral goza nos vários setores da sociedade.

☺ Diálogo, anúncio (**kérigma**) - Esta exigência é a que esclarece a ação. Traz a motivação pelo amor que vem de Deus e anuncia a dimensão transcendental do serviço. Conduz a pessoa a uma dimensão madura da fé envolvendo para realizar "sinais", frutos do amor de Deus e "sacramento" da presença dele no meio da humanidade. A Pastoral do Menor descobre a necessidade de fazer isso dentro de uma cultura específica usando meios, parábolas, gestos, símbolos que respeitam graus de compreensão e amadurecimento do outro.

☺ Testemunho (**martyria**) - É o modo mais completo e perfeito de evangelizar, pois trata-se do testemunho da fé na vida. Faz-se, através da Pastoral do Menor, o apelo para que o Evangelho seja reescrito com a vida dos agentes, de tal forma que neles se reconheça que Deus continua sua obra de salvação no mundo. Redescobre-se que são necessárias a força e a coragem da fé para enfrentar dificuldades; é a paciência no processo, o sofrimento e a esperança nas provações que vão dando selo de autenticidade do nosso agir.

☺ Comunhão Eclesial (**koinonia**) - Ligada ao testemunho, faz superar dificuldades porque algo forte que nos une. Estamos juntos porque não preocupados conosco mesmos, mas com a missão, com o bem do outro. O outro é um universo, uma dignidade ilimitada, presença do divino e por isso estamos juntos.

2.3. Metodologia, Identidade e Mística

A caminhada desses anos foi ajudando a Pastoral do Menor a ir definindo alguns critérios que passaram a defini-la como única dentro do tecido social brasileiro.

2.3.1. Metodologia

Em nossa metodologia fomos aprendendo com as crianças e adolescentes que a **presença** de educadoras e educadores na variedade das situações vividas é condição de possibilidade para restabelecer a vida em meio à morte. A presença lá onde a vida é



negada tem um valor educativo inestimável, pois reconhece a dignidade dos pequenos.

Aprendemos que lá onde estiver a criança, estará o coração do educador. É uma atitude de profundo **respeito** à criança e ao adolescente no seu ambiente de vida, mesmo sofrendo a repressão da sociedade. Isso tem levado a um triplice impacto: meninos e meninas são cidadãos, educadores e educadoras são populares, a sociedade abre-se para a vida que estava no anonimato.

A metodologia foi assumindo a relação do **diálogo**: vivência que se transforma. O diálogo é a chave. Ouvir e falar passou a exigir um novo sentido no acontecimento educativo. O processo avança em qualidade. Ouvir a criança e o adolescente passou a ser vislumbrar saídas.

Essa metodologia trabalha um projeto que é **comunitário**; a comunidade foi sendo descoberta como o espaço do reconhecimento do outro. Ali pessoas constroem identidades e solidariedade.

O caminho que foi sendo escolhido passou a ser cada vez mais **crítico**. A introdução da criança como sujeito de direitos carega a exigência de rever leis e estruturas, sendo que as instituições assumem o caráter de provisoriedade e não-sacralidade. Essa dimensão crítica busca permanentemente o desvelamento e a denúncia das farsas da sociedade que mata seus filhos. O ponto de partida foi quase sempre a vivência das crianças.

A Pastoral do Menor foi fazendo ainda surgir sua metodologia **criativa**. Ela é como uma gravidez: vontade de criar como expressão do amor, da esperança. É o ambiente natural da ação educativa.

2.3.2. Identidade

A identidade é o conjunto de características que fazem alguém ser diferente, único, irrepetível. A identidade da Pastoral do Menor parece estar no fato de que algumas entidades religiosas e grupos de leigos terem esquecido suas diferenças para formarem um novo corpo eclesial por causa das crianças.

É nesse caminho que a Pastoral do Menor vai construindo sua identidade. Ela é resultado das tentativas de respostas aos apelos que surgem na vida dos pequenos. Os pequenos foram sendo reconhecidos nos vários espaços eclesiais, sociais, civis. E a Pastoral do Menor passou a se identificar com o sonho da Igreja de se encontrar recompensada quando ela mesma acolher a criança e induzir o conjunto da sociedade ao reconhecimento da criança como aquilo que de mais precioso possui.

Com características próprias em seus Princípios, em seus objetivos, na dimensão de suas ações, na postura de seus educadores, em sua pedagogia, a Pastoral do Menor é esse rosto diferente que se debruça, se encanta com a vida. É uma identidade que atua na linha do profetismo histórico identificando-se com situações de conflito, porque conflitiva é a vida da criança.

2.3.3. Mística

A Pastoral do Menor foi aprendendo que a mística não é um privilégio de alguns bem-aventurados; que seus agentes podem ter acesso a ela. Descobriu que só é necessário descer à profundidade de si mesmo, ao mistério, para transcender. Que ela resulta do encantamento com o escondido, com o absolutamente outro. Isso foi enchendo de convicções profundas, paixões fortes a mobilizarem pessoas e comunidades para que as crianças tenham vida, e a tenham em abundância.

A mística da Pastoral do Menor tornou-se seu tesouro escondido que lhe dá o brilho e o valor todo especial a sua ação. Ela fez perceber que não basta vontade ou competência técnica. Ao se perguntar: "Por que faço aquilo que faço?", o agente da Pastoral do Menor descobre sua fé e encontra as crianças como portadoras da revelação. Agentes, então, são evangelizados e evangelizam.

3. A ORGANIZAÇÃO



Para conseguir sua efetividade no atendimento às crianças e adolescentes, a Pastoral do Menor organiza-se num processo que contempla várias instâncias. Mas essa história de organização passou também por todo um processo organizativo definindo-se mais claramente na I Assembléia Nacional, passando por reformulações na II Assembléia.

Desta forma, para tratar da história da organização da Pastoral do Menor se faz necessário rever suas Assembléias.

3.1. I Assembléia Nacional

Período: de 29 de outubro a 03 de novembro de 1993

Local: Centro D. Bosco, em Cachoeira do Campo - MG

Lema: Criança e Adolescente, Protagonistas do Processo de Mudança

Tema: Identidade e Organização da Pastoral do Menor

Participantes: 134, sendo que 101 eram delegados regionais

Prioridades aprovadas para o biênio:

1. Formação de Agentes
2. Implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente os Conselhos
3. Comunicação

Contou com a presença de D. Luciano Pedro Mendes de Almeida, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

e Ir. Zeldite Burim, representante da CNBB, setor Pastorais Sociais.

A Assembléia aconteceu trabalhando a Linha do Tempo, buscando levantar fatos históricos no plano nacional e internacional, que a partir da década de 60, foram relevantes para a Pastoral do Menor na luta pelos direitos das crianças e adolescentes empobrecidos.

Trabalhou também conceitos, tais como: Identidade e Mistica da Pastoral do Menor, Cidadania e Estatuto da Criança e do Adolescente, Trabalho Infantil, CONANDA...

Foi dedicado também um tempo específico para discussão e avaliação da nossa ação com destaque para os temas: Profissionalização, Meninas em Situação de Risco, Conselhos de Direitos e Tutelares, Centros de Defesa, Abrigos/Casas-Lares, Centros Educacionais Comunitários, Formação de Adolescentes, Apoio Sócio-Familiar.

A I Assembléia construiu a marca forte do documento que passou a ser norteador da ação e da organização da Pastoral do Menor no Brasil: "**Princípios e Diretrizes da Pastoral do Menor no Brasil**". Definiu-se o objetivo geral da Pastoral do Menor:

"A Pastoral do Menor se propõe, à luz do Evangelho, estimular um processo que visa à sensibilização, a conscientização crítica e a mobilização da sociedade como um todo, na busca de uma resposta transformadora, global, unitária e integrada à situação da criança e do adolescente, promovendo, nos projetos de atendimento a participação das Crianças e Adolescentes como protagonistas do mesmo processo".

Como Objetivos Específicos:

I - Sensibilizar os vários segmentos da sociedade, e esta como um todo, para posturas e ações efetivas em favor da defesa dos direitos das crianças e adolescentes empobrecidos.

II - Estimular o trabalho de base dentro da linha comunitária participativa.

III - Incentivar um novo tipo de relação entre crianças e adolescentes, educadores e comunidades em geral.

IV - Desenvolver ações capazes de apontar caminhos a serem assumidos pela sociedade e pelo Poder Público.

V - Denunciar toda forma de negligência e violência contra a criança e o adolescente.

Como Princípios Metodológicos:

O respeito à criança e ao adolescente como sujeitos de direitos e pessoa em desenvolvimento deverá permear todas as ações, como princípios metodológicos fundamentais:

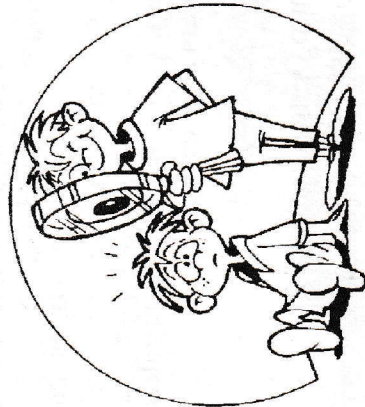
I - Incrementar as potencialidades humanas das crianças e dos adolescentes, visando superar as medidas puramente técnicas, assistencialistas e paternalistas, num processo formador para o exercício pleno da cidadania e dos direitos humanos.

II - Articular-se com as entidades da sociedade civil organizada para elaboração e efetivação das políticas de atendimento à criança e ao adolescente.

III - Formar agentes de Pastoral do menor à luz da Palavra de Deus, a partir da Mística encarnada na realidade.

Como Organização:

A Assembléia significou um salto qualitativo no nosso jeito de fazer a organização. Construiu-se um processo que contempla



as várias instâncias com o objetivo de conseguir efetividade nas ações.

I - No âmbito Regional:

Cada diocese prevê sua **Coordenação Diocesana** de acordo com os costumes e a cultura local, tendo suas várias competências, entre elas aquela da escolha do articulador diocesano para a Coordenação Regional. Por Regional segue-se a definição e a divisão própria da CNBB.

A **Coordenação Regional** é formada por Articuladores Diocesanos. Em sua competências está aquela de escolher um representante para o Conselho Nacional de Articuladores.

II - No âmbito da Região.

A união dos vários regionais, com o objetivo de fortalecer os mesmos, forma a **Região**. Passaram a ser cinco:

- Norte: Nortes 1 e 2
- Nordeste: Nordeste 1, 2, 3, 4 e 5
- Centro-Oeste: Centro Oeste, Oestes 1 e 2
- Sudeste: Sudeste, Lestes 1 e 2
- Sul: Sul 2, 3 e 4.

III - No âmbito Nacional.

O **Conselho Nacional de Articuladores** é formado por um membro de cada Regional mais o Coordenador Nacional indicado pela CNBB, ouvido o Conselho Nacional de Articuladores, e o Bispo da Linha 6, devendo se reunir ao menos uma vez por ano.

A **Coordenação Nacional** é formada por um representante de cada Região mais o Coordenador Nacional.

A **Assembleia Nacional** torna-se a instância máxima de representação e deliberação. Encarregada de definir prioridades e traçar diretrizes gerais.

3.2. II Assembleia Nacional

Período: de 15 a 20 de março de 1996

Local: Centro D Bosco, em Cachoeira do Campo - MG

Lema: Em Nossa Mistica, Justiça e Paz se Abraçarão

Tema: Projeto Sócio-Político da Pastoral do Menor

Participantes: 98, sendo que 72 eram delegados regionais

Prioridades aprovadas para o triênio:

1. Referências Nacionais:

Erradicação do Trabalho Infantil e Profissionaliza-

ção de Adolescentes

e adolescentes
Combate ao abuso e exploração sexual de crianças

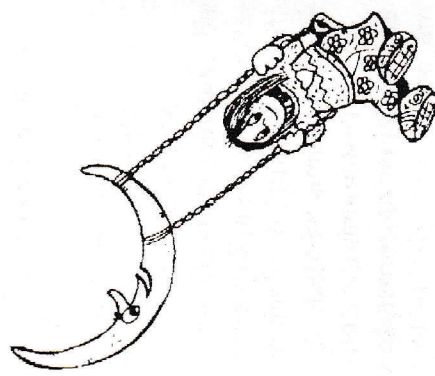
Aplicação de Medidas Sócio-Educativas, com especial ênfase para a Liberdade Assistida Comunitária

2. Elaboração do Projeto Político da Pastoral do Menor

3. Formação de Agentes

Esta Assembleia foi a última fase de um processo de Assembleias Diocesanas e Regionais, além de contar com um Seminário em cada região para a preparação dos delegados. Esse processo adotado favoreceu o nível de participação e das discussões acontecidas.

Contou com momentos celebrativos, com a avaliação da caminhada que vem acontecendo em cada região, com estudos e discussões nos temas dos serviços específicos. Foi tema de estudo e debate mais aprofundado o **Projeto Político**.



Uma vez que a Pastoral do Menor se insere no jogo social como um dos movimentos que quer mudanças existe a necessidade de ter um Projeto Político. Sem isso corre-se o risco de entrar num barco sem rumo.

A Assembléia aprovou que a construção desse projeto político deve ser uma das prioridades do triênio e que seja nomeada uma comissão para dar andamento ao mesmo, num processo que envolva crianças, adolescentes e agentes.

3.2.1. Princípios e Diretrizes

A II Assembléia Nacional da Pastoral do Menor elaborou e aprovou o seu novo instrumento norteador da ação e da organização: "Princípios e Diretrizes da Pastoral do Menor no Brasil". Ele define quem é, o que faz e como atuará a Pastoral do Menor. Con-templa itens, tais como:

Quem é a Pastoral do Menor?

A Pastoral do Menor é uma ação concreta da Igreja, no Brasil, que, a partir do Documento nº 54 da CNBB, propõe orientações práticas para uma ação evangelizadora de: Serviço, Diálogo, Anúncio e Testemunho. Faz parte do conjunto das Pastorais Sociais.

São suas características:

Mística - motivação que se fundamenta na Palavra de Deus;
 Meta do trabalho - desenvolvimento integral das crianças e adolescentes e suas famílias;
 Área de ação - a família, a comunidade e a sociedade;
 Pastoral de Conjunto - integrando-se com as demais pastorais numa linha libertadora;
 Testemunho - com agentes empenhados na inculturação, conversão e transformação social.

Objetivo geral:

"A Pastoral do Menor se propõe, à luz do Evangelho, estimular um processo que visa a sensibilização, a conscientização crítica e a mobilização da sociedade como um todo, na busca de uma resposta transformadora, global, unitária e integrada à situação da criança e do adolescente empobrecidos, promovendo, nos projetos de atendimento direto a participação das crianças e adolescentes como protagonistas do mesmo processo."

Objetivos Específicos:

- Sensibilizar os vários segmentos da sociedade, e esta como um todo, para posturas e ações efetivas em favor da defesa dos direitos das crianças e adolescentes empobrecidos.
- Estimular o trabalho de base, dentro da linha comunitária, em vista de uma democracia participativa.
- Incentivar um novo tipo de relação entre as crianças e adolescentes, educadores e comunidade em geral.
- Desenvolver ações capazes de apontar caminhos a serem assumidos pela sociedade e pelo poder público.
- Denunciar toda forma de negligência e violência contra crianças e adolescentes.
- Sensibilizar e mobilizar os diversos segmentos da Igreja e da sociedade acerca da criança e do adolescente, como sujeitos de direitos garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

As Dimensões da Ação:

- Comunitária sócio-transformadora - conhecimento da realidade de população infanto-juvenil empobrecida e marginalizada, buscando a sensibilização, a conscientização e a participação da família e da comunidade, numa atitude acolhedora e solidária, em vista da construção de uma sociedade justa e fraterna.
- Pedagógica - criação de alternativas pedagógicas que respeitem a criança e o adolescente empobrecidos, que levem em

conta suas reais necessidades, tornando-os juntamente com suas famílias, sujeitos da sua história.

☒ Profética - denúncias e anúncios evangélicos do novo, buscando uma prática transformadora.

☒ Política - participação nas diversas iniciativas e instâncias governamentais e não governamentais voltadas para a defesa, promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente empobrecidos, atuando junto ao poder público e à iniciativa privada.

☒ Religiosa - ação evangelizadora junto à criança, ao adolescente, à família, à comunidade e à sociedade, baseada na vivência de uma mística que retrate a ação de Jesus Cristo, assegurando sempre mais a união com as Igrejas e abertura ao diálogo inter-religioso.



Princípios Metodológicos:

O respeito à criança e ao adolescente, como sujeitos de direitos e pessoas em desenvolvimento, deve permear todas as ações, como princípio metodológico fundamental.

✓ Estimular as potencialidades humanas das crianças e dos adolescentes, visando superar as medidas puramente técnicas, assistencialistas e paternalistas, num processo formador para o exercício pleno da cidadania e dos direitos humanos.

✓ Articular-se com as entidades da sociedade civil organizada para a elaboração e efetivação das políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente, em busca de elementos que ajudem na erradicação das desigualdades sociais intoleráveis.

✓ Formar agentes de Pastoral do Menor à luz da Palavra de Deus, a partir da Mística encarnada na realidade.

A Organização:

A Pastoral do Menor optou por uma forma de organização que contemple várias instâncias:

☒ Coordenação Diocesana - com a competência de suscitar ações concretas de promoção, defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes empobrecidos, bem como, promover a formação dos agentes, articular-se com as pastorais e forças locais, sensibilizando e mobilizando a as comunidades. Seus membros são escolhidos dentro da prática da Igreja Local.

☒ Coordenação Regional - Formada por um grupo escolhido entre os coordenadores diocesanos para encaminhar providências definidas em Assembléias Regionais ou instâncias superiores e, entre outras funções, acompanhar a atuação dos agentes nos Conselhos de Direitos, Tutelares e Fóruns DCAs. Estimular a articulação nas várias dioceses, convocar e preparar as Assembléias Regionais, eleger um representante e um suplente para o Conselho Nacional da Pastoral do Menor.

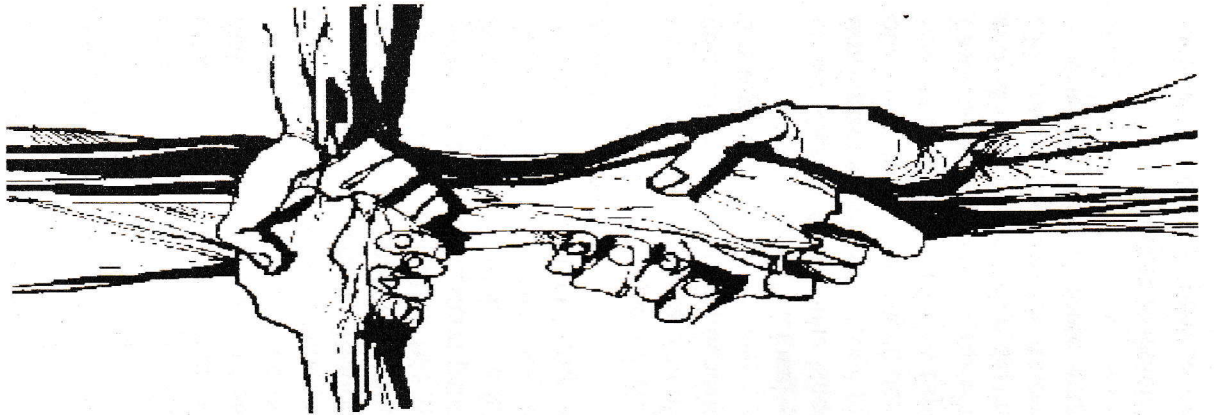
☒ Coordenação da Região - Órgão executivo que une os vários regionais e busca articular e fortalecer os mesmos. Visa descentralizar as instâncias decisórias. É formada pelos coordenadores dos regionais.

☒ Conselho Nacional - É órgão deliberativo e subordinado às decisões da Assembléia Nacional sendo formado pelo Coordenador Nacional indicado pela CNBB, pelo coordenador de cada regional, pelo bispo referencial dessa pastoral e do Bispo das Pastorais Sociais da CNBB, mais os representantes de serviços nacionais da Pastoral do Menor. O Conselho reúne-se, ao menos, uma vez por ano, define prioridades e destinação de recursos junto à Coordenação, traduz decisões da Assembléia Nacional e as expectativas e experiências, como ponte entre os regionais e a nacional e vice-versa.

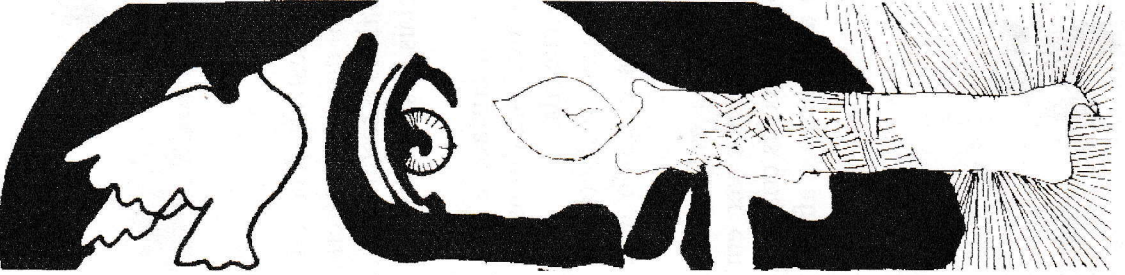
☒ Coordenação Nacional: É o órgão executivo em nível nacional e composto pelo coordenador de cada Região, mais o Co-

ordenador Nacional, o Bispo das Pastorais Sociais e o seu Bispo Referencial e duas pessoas convidadas pela Coordenação, ouvido o Conselho Nacional. Entre suas competências destacam-se as de encaminhar as providências definidas nas Assembléias, garantir a formação de agentes, elaboração de subsídios, representar nos diversos níveis e instâncias, manter e supervisionar o Secretariado, convocar, preparar e realizar as Assembléias.

Assembléia Nacional - É a instância máxima de representação e de deliberação. Dela participam 5 delegados de cada regional membro do Conselho Nacional, os bispos das Pastorais Sociais, o Conselho Nacional, a Coordenação Nacional, Representantes do Secretariado e Convidados pelo Conselho, sendo que os Regionais que não fizeram parte do Conselho poderão enviar 2 delegados. Suas competências são as de avaliar e celebrar a caminhada, traçar diretrizes gerais e definir prioridades; bem como, compete a ela referendar os representantes de cada Região para a Coordenação Nacional.



3.2.2. Perfil do Agente da Pastoral do Menor



A II Assembléia Nacional da Pastoral do Menor traçou as seguintes características, como parte integrante do Perfil do Agente da Pastoral do Menor, como alguém que se compromete em:

- 01 - Ser apaixonado pela causa;
- 02 - ter um projeto de vida e um projeto de sociedade;
- 03 - ter o coração educado, amar e deixar-se amar;
- 04 - possuir uma fé capaz de sustentar a própria esperança;
- 05 - resistir às dificuldades e persistir na luta;
- 06 - ter a capacidade de avaliar, deixar-se avaliar, mudar e celebrar;
- 07 - ter maturidade e equilíbrio emocional;
- 08 - ter consciência crítica diante da realidade social, política, econômica e religiosa do país;
- 09 - estar aberto à formação pessoal;
- 10 - estar inserido numa comunidade;
- 11 - estar em sintonia com a Igreja;
- 12 - ser capaz de identificar a pessoa na sua individualidade e respeitar sua história;
- 13 - ser militante do ECA e realizar ações como sinais;
- 14 - acreditar e incentivar o protagonismo da Criança e do Adolescente;
- 15 - saber trabalhar em grupo;
- 16 - aceitar os Princípios e Diretrizes da Pastoral do Menor.

Conclusão



A História da Pastoral do Menor não está acabada. Ela nunca termina. Ou melhor, ela só terminará no dia em que todas as crianças e adolescentes tiverem seus direitos garantidos e reconhecida sua cidadania com a execução de políticas sociais básicas aos que delas necessitem.

Não terminará também enquanto houverem cristãos e pessoas comprometidas com o Reino de Deus, cuja proposta desinstala e envia aos que não têm a própria existência reconhecida.

A Doutrina da Proteção Integral, concepção sustentadora do Estatuto da Criança e do Adolescente continua exigindo hoje que não paremos de fazer história.

Crianças, adolescentes, agentes continuaremos escrevendo uma história que trabalha uma grande utopia: queremos ver em nossas praças e ruas crianças brincando, em nossas escolas crianças estudando, em nossas famílias crianças sentido aconchego e afago, em nossas igrejas crianças louvando...

